

Belo Horizonte (MG), 30 de junho de 2020.

Ao Banco Central do Brasil

Assunto: Remessa eletrônica de demonstrações financeiras.

Senhores:

1. Objetivando atender a Circular nº 3.964, de 25/9/2019, emitida pelo BCB, que dispõe sobre a remessa eletrônica de demonstrações financeiras de publicação obrigatória para fins de constituição da Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional, encaminhamos os seguintes documentos:

Data Base:	06/2015
Documentos:	(X) Balanço Patrimonial (X) Demonstração das Sobras ou Perdas (X) Demonstração dos Fluxos de Caixa (X) Notas Explicativas (X) Relatório de Auditoria Independente (X) Relatório da Administração (X) Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido
Data publicação:	29/08/2015 – Jornal O TEMPO
Sítio eletrônico publicação:	www.sicoobcentralcecremge.com.br

2. Informamos que a administração desta cooperativa se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Atenciosamente,

Central das CEC do Estado de MG Ltda – Sicoob Central Cecremge
CNPJ: 00.309.024/0001-27

Samuel Flam
Diretor Financeiro

Irany Márcia Pimenta
Contador /CRCMG – 048377/O-4

Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda - Sicoob Central Cecemge

CNPJ/MF - 00.309.024/0001-27

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,
Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do 1º semestre de 2015 da Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CECREMGE, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

O SICOOB CENTRAL CECREMGE tem como objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de interesse das cooperativas singulares associadas, integrando e orientando atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços.

2. Avaliação de Resultados

No 1º semestre de 2015, o SICOOB CENTRAL CECREMGE apresentou o seguinte resultado, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Valores
Resultado líquido do semestre	5.712.309,14

3. Carteira de Crédito

As Operações de Crédito do SICOOB CENTRAL CECREMGE totalizaram R\$ 54.160.030,14 no 1º semestre de 2015, onde 100,00% destas operações pertenciam à modalidade de "Empréstimos".

Os Dez Maiores Devedores demandaram 92,46% (ou R\$ 50.078.868,73) das Operações de Crédito realizadas até 30/06/2015. Sua Carteira de Crédito possui 38 (trinta e oito) operações ativas nesta mesma data-base, sendo subdividida em 20 (vinte) tomadores (cooperativas singulares).

4. Captação

As captações, no total de R\$ 2.475.404.213,25 em junho/2015, apresentaram uma evolução em relação ao semestre anterior de 27,66% (ou R\$ 536.345.785,75), sendo distribuídas da seguinte maneira:

Rubrica	Jun 2015	Jun 2014
Depósitos Vinculados	2.273.586,30	1.438.584,19
Depósitos a Prazo	74.771.713,05	74.347.002,11
Centralização Financeira	2.398.358.913,90	1.863.272.841,20
Total	2.475.404.213,25	1.939.058.427,50

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CENTRAL CECREMGE era de R\$ 77.373.488,23. O quadro de associados era composto por 71 cooperativas, havendo uma redução em relação ao mesmo período do semestre anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682, havendo uma concentração de 100% nos níveis de "A" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem às filiais definir e assegurar a execução dos objetivos da Central, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração do SICOOB CENTRAL CECREMGE tem na assembléia geral, que é a reunião de todas as filiais, o poder maior de decisão. A gestão do SICOOB CENTRAL CECREMGE está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Central no seu dia a dia.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE possui ainda uma Agente de Controles Internos e Riscos, supervisionada diretamente pelo Conselho de Administração.

Os balanços do SICOOB CENTRAL CECREMGE são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Central.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, o SICOOB CENTRAL CECREMGE adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Central adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo SICOOB CONFEDERAÇÃO e aprovado pelo Conselho de Administração desta Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno do Conselho de Administração, o Regimento Interno do Conselho Fiscal, o Regimento Interno da Diretoria Executiva o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar as filiais e à sociedade em geral à transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito na AGO, com mandato até a AGO de 2016 o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração do SICOOB CENTRAL CECREMGE, bem como validar seus balançetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes do quadro funcional do SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiram, em fevereiro de 2011, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética, proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Central, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, compos-

to por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e site na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com as nossas filiais e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

II. Gerenciamento de Risco

a. Risco operacional

O gerenciamento do risco operacional do SICOOB CENTRAL CECREMGE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.380/06.

Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/09, o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

O uso da Lista de Verificação de Conformidade (LVC) tem por objetivo identificar situações de risco de não conformidade, que depois de identificadas são cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir).

As informações cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir) são mantidas em banco de dados fornecido pelo Sicoob Confederação.

A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade do Sicoob, sob a supervisão da respectiva entidade auditora (se cooperativa singular, da cooperativa central; se cooperativa central e Bancoob, do Sicoob Confederação).

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento, pelo Agente de Controle e Risco.

Da mesma forma, perdas operacionais ocorridas têm as causas e as ações de mitigação identificadas, sendo as informações devidamente registradas em sistema informatizado para acompanhamento pelo Agente de Controle e Risco.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, o SICOOB CENTRAL CECREMGE possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

b. Risco de mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB CENTRAL CECREMGE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007.

Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/09, o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada no em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

No gerenciamento dos riscos de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento por parte do Agente de Controle e Risco.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o SICOOB CENTRAL CECREMGE possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Entidade.

c. Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito, do SICOOB CENTRAL CECREMGE objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o art. 10 da Resolução CMN nº 3.721/09, o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

Compete aos responsáveis pela estrutura centralizada de riscos a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB CENTRAL CECREMGE possui estrutura compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

d. Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB CENTRAL CECREMGE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades

do Sicoob estão sujeitas;

b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;

c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

e. Risco de imagem

Decorre de boatos ou publicação negativa, verdadeira ou falsa, em relação à prática ou condução dos negócios da Cooperativa, o que provoca a evasão de associados e a consequente perda de negócios.

Com vistas à mitigação do risco de imagem sistêmico, o SICOOB CENTRAL CECREMGE por deliberação do Conselho de Administração desta central, adotou em Janeiro de 2011 a política de Comunicação e Marketing do Sicoob Confederação.

Essa política de comunicação e marketing tem por finalidade, priorizar os seguintes temas:

- Aumentar a visibilidade da Central como instituição cooperativista;
- Profissionalizar o relacionamento com os públicos de interesse;
- Melhorar o posicionamento no mercado; e
- Consolidar a marca Sicoob para que seja valorizada e reconhecida como a principal instituição financeira de seus associados.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Belo Horizonte(MG), 27 de Agosto de 2015.

Assinatura dos Membros do Conselho de Administração e Diretoria

LUIZ GONZAGA VIANA LAGE

Diretor Presidente

RAMIRO RODRIGUES DE ÁVILA JÚNIOR

Vice Presidente do Conselho

SAMUEL FLAM

Diretor Comercial e Financeiro e Conselheiro

MÁRCIO OLÍVIO VILLEFORT PEREIRA

Diretor Administrativo e de Desenvolvimento e Conselheiro

ALFREDO ALVES DE OLIVEIRA MELO

Diretor de Supervisão e Controle e Conselheiro

CÉSAR AUGUSTO MATTOS - Conselheiro

CHARLES DRAKE GUIMARÃES GONÇALVES - Conselheiro

CRISTIANO FÉLIX DOS SANTOS SILVA - Conselheiro

DARCY DA SILVA NEIVA FILHO - Conselheiro

HÉLIO ALVES DE REZENDE - Conselheiro

JACSON GUERRA ARAÚJO - Conselheiro

NELSON SOARES DE MELO - Conselheiro

RONALDO SIQUEIRA SANTOS - Conselheiro

URIAS GERALDO DE SOUSA - Conselheiro

IRANY MÁRCIA PIMENTA

Contadora - CRCMG nº: 048377/O-4

DEMONSTRAÇÕES DAS SOBRAS OU PERDAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO 2015 E DE 2014 (Em milhares de Reais)		
	30/06/2015	30/06/2014
INGRESSOS DA INTERMEDIÇÃO		
FINANCEIRA	143.987	93.729
Operações de Crédito	3.453	2.669
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	45.187	29.784
Renda de aplicação interfinanceira de liquidez	95.347	61.277
DISPÊNDIOS DA INTERMEDIÇÃO		
FINANCEIRA	(139.746)	(90.864)
Operações de Captação no Mercado	(3.839)	(3.471)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(0)	(3)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(136.378)	(87.491)
Provisão para Operações de Créditos	471	100
RESULTADO BRUTO INTERMEDIÇÃO		
FINANCEIRA	4.241	2.865
OUTROS INGRESSOS/REC. (DISPÊNDIOS/ DESP.) OPERACIONAIS		
Receita de Prestação de Serviços	20	0
Dispêndio/Despesas de Pessoal	(5.068)	(4.527)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	(2.337)	(2.245)
Dispêndios/Despesas Tributárias	(41)	(34)
Outras receitas operacionais	5.436	5.128
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(56)	(48)
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.524	3.134
RESULTADO OPERACIONAL	5.718	4.274
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(0)	(11)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		
.....	5.717	4.263
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
.....	(5)	(0)
RESULTADO ANTES PROVISÃO JUROS AO CAPITAL		
.....	5.712	4.263
JUROS AO CAPITAL	-	-
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	5.712	4.263
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NAS SOBRAS	-	-
REVERSAO DE RESERVAS	-	-
SOBRAS OU PERDAS À DISPOSIÇÃO DA AGO	5.712	4.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO 2015 E DE 2014 (Em milhares de Reais)			
	30/06/2015	Reclassificado 30/06/2014	
Atividades Operacionais			
Sobras do Semestre	5.717	4.263	
IRPJ / CSLL	(5)	(0)	
Provisão para Operações de Crédito	(487)	(112)	
Depreciações e Amortizações	762	659	
	5.987	4.810	
(Aumento) redução em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.364	110.114	
Títulos e Valores Mobiliários	(107.060)	(92.260)	
Operações de Crédito	17.204	8.392	
Outros Créditos	(501)	(298)	
Outros Valores e Bens	(155)	(31)	
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos à Vista	2.274	(599)	
Depósitos a Prazo	10.378	(477)	
Outras Obrigações	5.667	16.734	
Relações Interfinanceiras	165.690	212.401	
Caixa Equiv. de Cx. Atividades Operacionais	105.848	258.787	
Atividades de Investimentos			
Outros Ajustes	(5.371)	(14.973)	
Caixa Equiv. de Cx. Atividades Investimentos	(5.371)	(14.973)	
Atividades de Financiamentos			
Ao FATES	(1.287)	-	
Em Conta Corrente do Associado	(5.000)	(2.298)	
Por Subscrição/Realização	5.538	16.594	
Por Devolução (-)	(177)	-	
Saldo das Incorporações	-	-	
Caixa Equiv. de Cx. Atividades Financiamentos	(926)	14.296	
Aumento Líquido das Disponibilidades	99.551	258.109	
Modificações em Caixa e Equiv. de Cx.			
No Início do Período	3	33.162	
No Fim do Período	99.554	291.271	
Variação em Caixa e Equiv. de Cx.	99.551	258.109	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Continua...

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2015 - (Em milhares de Reais)

ATIVO	30/06/2015	30/06/2014
Circulante	1.458.265	1.131.572
Disponibilidades	4	4
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.376.902	1.057.231
Títulos e Valores Mobiliários	44.762	26.917
Operações de Crédito	34.902	46.085
Outros Créditos	1.509	1.272
Outros Valores e Bens	187	63
Realizável a Longo Prazo	1.093.530	867.272
Aplicações interfinanceiras de Liquidez	284.916	258.370
Títulos e Valores Mobiliários	787.700	595.790
Operações de Crédito	18.441	10.750
Outros Créditos	2.473	2.362
Permanente	93.163	73.388
Investimentos	85.635	66.430
Imobilizado em Uso	4.730	4.196
Intangível	2.799	2.762
TOTAL	2.644.958	2.072.231

PASSIVO	30/06/2015	30/06/2014
Circulante	2.505.318	1.959.161
Depósitos	77.045	75.786
Depósito à Vista	2.274	1.439
Depósito a Prazo	74.772	74.347
Relações Interfinanceiras	2.398.359	1.863.273
Outras Obrigações	29.914	20.103
Sociais e Estatutárias	1.980	994
Fiscais e Previdenciárias	279	301
Diversas	27.654	18.807
Exigível a Longo Prazo	2.463	2.352
Provisão para Contingências	2.463	2.352
Patrimônio Líquido	137.177	110.718
Capital Social	117.542	92.273
Reserva de Sobras	13.923	14.182
Sobras ou Perdas Acumuladas	5.712	4.263
TOTAL	2.644.958	2.072.231

Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda - Sicoob Central Cecremge

CNPJ/MF - 00.309.024/0001-27

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em milhares de Reais)

I. Contexto operacional

A Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Cecremge é uma entidade cooperativista, domiciliada em Belo Horizonte, que tem por objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de interesse das cooperativas singulares associadas, integrando e orientando atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. O endereço registrado do escritório da instituição é Av. Comodoro, 4.924 - 1º, 2º, 3º, 5º e 6º andares - Bairro Funcionários - BH/MG. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 3.839/10 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. Neste sentido, cabe à instituição difundir e fomentar o cooperativismo de crédito; orientar a organização de novas cooperativas singulares e a reorganização das existentes; orientar a aplicação dos recursos captados em consonância com as normas regulamentares do Banco Central do Brasil; buscar fonte alternativa de recursos para fomentar as atividades creditícias das cooperativas associadas; promover treinamento de membros de órgãos estatutários cooperados e funcionários das cooperativas associadas; prestar, às cooperativas singulares associadas, orientações creditícia, gerencial, administrativa, jurídica, de informática, financeira; representar as cooperativas singulares associadas nos relacionamentos mantidos com o Banco Central do Brasil, o Banco Cooperativo do Brasil S/A, Sicoob Confederação ou quaisquer outras instituições públicas ou privadas; praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições; inclusive financeiras; aplicar os recursos captados no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e rentabilizar os recursos.

As despesas administrativas e operacionais da instituição são custeadas pelas filiais. As despesas são distribuídas baseadas nos seguintes critérios: (i) utilização de parte das receitas obtidas dos recursos próprios da Central; (ii) rateio das despesas administrativas não relacionadas diretamente com serviços prestados para as filiais, que é feito com base em critérios isentados de rateio, e que envolvem o volume de depósitos, operações de crédito e patrimônio líquido das filiais. Já as receitas oriundas da centralização financeira são integralmente rateadas com base na movimentação financeira das filiais.

A instituição é acionista do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB e utiliza seus serviços para operacionalização das atividades da centralização financeira mediante convênio próprio. Em 30 de junho de 2015, as totalidades das operações ativas estavam concentradas naquela instituição financeira. O BANCOOB, entre outros serviços, proporciona ao Sicoob Central Cecremge o uso da conta de reservas bancárias e a atividade de compensação de cheques e outros papéis. Adicionalmente, as operações ativas de crédito são integrais e exclusivamente detidas com as filiais.

2. Apresentação das demonstrações financeiras da Central

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.636/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e as Normas e Instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) no que for aplicável, bem como são apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

- CPC 00(R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro;
- Resolução nº 3.566/2008 - CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos;
- Resolução nº 3.604/2008 - CPC 03 (R2) - Demonstração do Fluxo de caixa;
- Resolução nº 3.750/2009 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas;
- Resolução nº 3.989/2011 - CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações;
- Resolução nº 4.007/2011 - CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012);
- Resolução nº 3.973/2011 - CPC 24 - Eventos Subsequentes;
- Resolução nº 3.823/2009 - CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Atualmente, não é possível estimar quando o Banco Central irá aprovar os demais Pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a sua utilização será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses Pronunciamentos nas Demonstrações Financeiras da Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Cecremge.

3. Principais práticas contábeis adotadas

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis.

b. Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, incluem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez com risco insignificante de mudança de valor e limites e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, contados da data da contratação.

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

Descrição	30.06.2015	30.06.2014
Caixa e saldos em bancos	4	4
Aplicações interfinanceiras de liquidez (90 dias)	99.550	291.268
Total	99.554	291.272

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

São registradas no custo da aquisição e acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, constituindo-se, quando aplicável, provisão para ajuste ao valor de mercado.

Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, sendo que os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração das sobras e perdas;
- Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e valores mobiliários contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração das sobras e perdas, e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecido em conta específica do patrimônio líquido (Ajuste a Valor de Mercado - Títulos disponíveis para venda) até a sua realização por venda, líquidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável;
- Títulos mantidos até o vencimento - Os títulos e valores mobiliários, os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos oriundos em contrapartida ao resultado do período. (Notas Explicativas nº 4 e nº 5).

A política de investimentos da instituição classifica suas operações em conformidade com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, sendo determinada a classificação no reconhecimento inicial.

e. Operações de crédito

Referem-se a operações realizadas exclusivamente com as cooperativas filiais envolvendo captação e aplicação de recursos. Nesta intermediação são praticadas taxas de juros compatíveis às atividades da Central.

f. Provisão para repasses interfinanceiros e provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica. A Resolução CMN nº 2.682/99 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para tais operações, as quais estabeleceram nove níveis de riscos, de "AA", risco mínimo, a "H", risco máximo (Notas Explicativas nº 6).

g. Investimentos

Representados substancialmente por participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e demais investimentos avaliados pelo método de custo (Nota Explicativa nº 09).

h. Imobilizado de uso

Os bens estão registrados ao custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear, aplicando-se taxas permitidas pelo Fisco (Nota Explicativa nº 10).

i. Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Central ou exercidos com essa finalidade. Os ativos

intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados a uma taxa anual de 20% (Nota Explicativa nº 12).

j. Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

k. Relações interfinanceiras - Centralização financeira

Registradas pelo montante dos recursos das filiais (cooperativas singulares) centralizados, e incluem os encargos e variações monetárias até a data do balanço.

l. Obrigações por empréstimos e repasses

Atualizadas pelos encargos contratados até a data do balanço.

m. Demais ativos e passivos

Registrados pelo regime de competência, inclusive, quando aplicável, atualizados até a data do balanço. Os ativos são apresentados pelo valor líquido de realização.

n. Provisões

São constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o. Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras e as ações com chance de perda remota não são divulgadas.

p. Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei.

q. Segregação entre circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r. Valor de recuperação de ativos - Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por impairment, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificados. A Cooperativa revisa o valor contábil dos ativos, com o objetivo de determinar a deterioração com bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. São feitas análise para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos e medir a perda no valor recuperável.

6. Operações de crédito

a. Composição da carteira por tipo de operação e prazo de vencimento

	30/06/2015			30/06/2014		
	Circulante	Realizável a Longo Prazo	Total	Circulante	Realizável a Longo prazo	Total
Empréstimos	35.365	18.795	54.160	47.022	11.032	58.054
Provisão para operações de crédito	(463)	(353)	(816)	(937)	(282)	(1.219)
	34.902	18.441	53.344	46.085	10.750	56.835

b. Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Vincendas		Total
	Provisão %	30/06/2015	30/06/2014
A	0,5	21.353	1.532
B	1	13.734	24.229
C	3	19.073	32.293
D	10	-	-
E	30	-	-
F	50	-	-
G	70	-	-
H	100	-	-
		54.160	58.054
Circulante		35.365	47.022
Realizável a Longo Prazo		18.795	11.032

c. Composição por tipo de operação e classificação nos níveis de risco

Descrição	Níveis de risco				Total
	A	B	C	E	
Empréstimos	21.353	13.734	19.073	-	54.160
Total	21.353	13.734	19.073	-	54.160

Descrição	Níveis de risco				Total
	A	B	C	E	
Empréstimos	1.532	24.229	32.293	-	58.054
Total	1.532	24.229	32.293	-	58.054

d. Composição por tipo de operação e situação de vencimento

Descrição	Vincendas (dias) - 30/06/2015					
	Até 30	31 a 60	61 a 90	91 a 180	181 a 360	Acima de 360
Empréstimos	6.113	5.212	4.409	8.421	11.210	18.795
Total	6.113	5.212	4.409	8.421	11.210	18.795

Descrição	Vincendas (dias) - 30/06/2014					
	Até 30	31 a 60	61 a 90	91 a 180	181 a 360	Acima de 360
Empréstimos	8.856	5.766	5.541	11.233	15.626	11.032
Total	8.856	5.766	5.541	11.233	15.626	11.032

9. Investimentos

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas e coligadas.

	30/06/2015			
	Bancoob	Confederação	CNAC	Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda
Saldos em 31 dezembro de 2014	53.716	23.847	13	81.591
Aquisição	4.984	369	-	5.353
Equivalência Patrimonial	3.524	-	-	3.524
Dividendos propostos	(109)	-	-	(109)
Dividendos recebidos	(4.724)	-	-	(4.724)
Saldos em 30 de junho de 2015	59.391	26.216	13	85.635

	30/06/2014			
	Bancoob	Confederação	CNAC	Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda
Saldos em 31 dezembro de 2013	40.586	2	13	53.008
Aquisição	5.969	-	-	10.356
Equivalência Patrimonial	3.134	-	-	3.134
Dividendos propostos	(64)	-	-	(64)
Perda de capital na variação do percentual de participação das ações do Bancoob	(4)	-	-	(4)
Saldos em 30 de junho de 2014	49.621	2	13	66.430

Descrição	Equivalência patrimonial Coligadas e controladas	
	Bancoob	
Quantidade de ações/cotas possuídas da investida:		
30/06/2015	31.073	
30/06/2014	24.632	
% de participação no capital social da investida:		
30/06/2015	7,1043%	
30/06/2014	7,0645%	
Patrimônio líquido da investida em:		
30/06/2015	835.990	
30/06/2014	702.403	
Valor do investimento em:		
30/06/2015	59.391	
30/06/2014	49.621	
Valor da equivalência patrimonial contabilizada:		
30/06/2015	3.524	
30/06/2014	3.134	

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Composição por tipo de aplicação			
Descrição	30.06.2015	30.06.2014	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	18.247	20.178	
Certificado de Depósitos Interfinanceiros	1.661.818	1.138.683	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	
Debênturas	152.625	156.738	
Total	1.832.690	1.315.601	
Circulante	1.376.902	1.057.231	
Realizável a Longo Prazo	284.916	258.370	

b. Composição por tipo de aplicação e situação de prazo			
		2015	
Descrição	Até 90	91 a 360	Acima de 360
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	18.247	18.247
Certificado de Depósitos Interfinanceiros	99.550	1.277.352	284.916
Debênturas	-	55.474	97.151
Total	99.550	1.332.826	400.314

		2014	
Descrição	Até 90	91 a 360	Acima de 360
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	20.178	-	20.178
Certificado de Depósitos Interfinanceiros	114.352	765.963	258.370
Debênturas	156.738	-	156.738
Total	291.268	765.963	258.370

5. Títulos e valores mobiliários

a. Composição por tipo de aplicação			
Descrição	30.06.2015	30.06.2014	
Títulos Dados em Garantia (a)	-	-	
Cotas de Fundo de Ações	-	103	112
Bancoob Centralização FI - RP + CP	-	44.762	26.917
Coopmutuo FIM - Crédito Privado	-	587.910	529.589
Cotas de Fundo de Renda Fixa	-	1.014	-
Outros	-	198.673	66.089
Total	-	832.462	622.797
Circulante	-	44.762	36.917
Realizável a Longo Prazo	-	787.700	595.790

(a) Referem-se a títulos dados em garantia em operações que são originadas por meio da transação de operação de crédito entre as cooperativas singulares e o Banco BIDMG. A Central CECREMGE firmou um contrato com o Banco BIDMG autorizando as cooperativas singulares a captarem recursos, sendo que em garantia a Central efetua uma aplicação de igual valor servindo de caução das transações da cooperativa singular. Esses títulos foram adquiridos pela Instituição com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, quando aplicável, sendo que os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre os mesmos são reconhecidos na demonstração das sobras e perdas.

30/06/2015		30/06/2014	
Realizável a Longo Prazo	Total	Realizável a Longo prazo	Total
18.795	54.160	11.032	58.054
(352)	(916)	(282)	(1.219)
18.441	53.244	10.750	56.835

e. Concentração de crédito no total de R\$ 54.160 mil em 2015 (R\$ 58.054 mil em 2014)				
Descrição	30/06/2015		30/06/2014	
	Valor	% do total	Valor	% do total
Major devedor	14.575	27	11.642	20
10 maiores devedores	50.079	92	47.329	82
20 maiores devedores	54.160	100	58.054	100

- (a) Adiantamentos e Antecipações Salariais - referem-se a adiantamento de 13º salário dos empregados do Sicoob Central Cecremge, conforme estabelece a Convenção Coletiva da Classe e também adiantamento de férias;
- (b) Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta - referem-se a adiantamentos para despesas de viagem;
- (c) Devedores por Depósitos em Garantia - dívidas quanto à legalidade de cobrança da COFINS e depósitos recursais para o reclamante Alex Lima Rocha;
- (d) Pagamentos a Receber - desembolsos efetuados para a realização do Seminário de Cooperativas de Crédito a ser realizado em 10/2013;
- (e) Títulos e Crédito a Receber - valores a serem recebidos da AC Credit;
- (f) Devedores Diversos - Pals - encontram-se registradas nesta rubrica, os depósitos efetuados para aumento de capital no BANCOOB, aguardando a homologação do BACEN e também os valores a receber referentes às mensalidades das cooperativas filiais.

8. Outros valores e bens			
		30.06.2015	30.06.2014
Material em estoque (a)	-	1	4
Despesas antecipadas (b)	-	186	59
	-	187	63

- (a) Bobinas à disposição das cooperativas singulares;
- (b) Prêmios de seguros, assinatura de periódicos, contribuição sindical patronal, IPTU, UNIMED BH, serviços de vigilância e segurança.

Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda - Sicoob Central Cecremge

...continuação

CNPJ/MF - 00.309.024/0001-27

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em milhares de Reais)

10. Imobilizado de uso

O quadro abaixo apresenta um sumário das movimentações financeiras do imobilizado de uso.

	30/06/2015				
	Imobilizações em Curso	Imóveis de Uso	Instalações, Móveis e Equip. de Uso	Outros	Total
Movimentação					
Saldo em 30 de junho de 2014	539	3.517	787	2.454	7.297
Aquisição	113	-	9	86	208
Baixa	-	-	(2)	(125)	(127)
Depreciação	-	(468)	(573)	(1.198)	(2.239)
Transferência	(409)	-	-	-	(409)
Saldo em 30 de junho de 2015	243	3.049	221	1.217	4.730

	30/06/2014				
	Imobilizações em Curso	Imóveis de Uso	Instalações, Móveis e Equip. de Uso	Outros	Total
Movimentação					
Saldo em 31 de dezembro de 2013	53	1.979	746	1.949	4.727
Aquisição	1.636	-	4	142	1.782
Depreciação	-	(383)	(541)	(940)	(1.864)
Transferência	(449)	-	-	-	(449)
Saldo em 30 de junho de 2014	1.240	1.596	209	1.151	4.196

11. Intangível

O quadro abaixo apresenta um sumário da movimentação do intangível:

	Sistema de Processamento de Dados			
	2015	2014		
Movimentação				
Saldo em 31 de dezembro	4.191	4.028		
Aquisição	953	218		
Baixa	-	-		
Amortização	(2.345)	(1.484)		
Saldo em 30 de junho	2.799	2.762		
12. Depósitos	O grupo é composto pelas seguintes rubricas:			
Descrição	30.06.2015	30.06.2014		
Depósitos à Vista (depósitos vinculados)	2.274	1.439		
Depósitos a Prazo	74.772	74.347		
Total	77.045	75.786		
Concentração dos Depósitos a Prazo em 2015 no total de R\$ 74.772 mil (em 2014 - R\$ 74.347 mil):				
	30/06/2015	30/06/2014		
Descrição	Valor	% do total	Valor	% do total
Maior depositante	27.655	36,99	23.176	31,17
10 maiores depositantes	38.282	51,20	33.098	44,52
20 maiores depositantes	63.989	85,58	62.611	84,21

13. Relações interfinanceiras - Centralização financeira

	30/06/2015		30/06/2014	
Descrição	Valor	% do total	Valor	% do total
Centralização Financeira	2.398.359	100	1.863.273	100

Registro contábil das transferências das sobras de caixa das cooperativas filiadas, decorrentes do ato cooperativo denominado centralização financeira.

	30/06/2015		30/06/2014	
Descrição	Valor	% do total	Valor	% do total
Maior depositante	892.817	45,94	742.954	39,87
10 maiores depositantes	1.521.430	63,44	1.233.550	66,20
20 maiores depositantes	1.943.336	81,03	1.522.228	81,70

14. Outras obrigações

Descrição	30.06.2015	30.06.2014
Sociais e estatutárias:		
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	1.858	872
Cotas de capital a pagar	122	122
	1.980	994
Fiscais e previdenciárias:		
Impostos e contribuições a recolher	279	301
	279	301
Diversas:		
Provisão para pagamentos a efetuar	1.423	2.722
Credores diversos no País	26.231	16.085
	27.654	18.807
Total - Passivo Circulante	27.914	20.102

15. Passivos contingentes

	30.06.2015		30.06.2014	
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
Trabalhistas (a)	25	-	25	-
Fiscais (b)	2.438	2.438	2.327	2.327
Exigível a Longo Prazo	2.463	2.438	2.352	2.327

a. Ação Reclamatória Trabalhista intentada por Alex Lima Rocha em face do Sicoob Central Cecremge, cf. processo 00852-2009-015-03-00-6, na 15ª Vara do Trabalho da Capital (MG).

(b) Ação judicial do COFINS, cf. processo 200038000188327.

16. Patrimônio Líquido

a. Capital Social

É representado pelas integralizações de 71 cooperativas filiadas em 30 de junho de 2015. De acordo com o estatuto social, cada cooperativa tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

b. Reserva legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de atividades da Central.

c. Reservas de lucros a realizar

Refere-se à transferência do resultado da Equivalência Patrimonial do Bancoob S/A, por se tratar de ato não cooperativo, não realizado.

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme o estatuto social, as normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à Instrução do BACEN, por meio da Carta-Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/71 (Lei do Cooperativismo).

17. Outras receitas (despesas) operacionais

Descrição	30.06.2015	30.06.2014
Recuperação de encargos e despesas	28	34
Outras rendas operacionais (a)	5.392	5.066
Outras despesas operacionais (b)	(56)	(48)
Total	5.364	5.052

(a) Refere-se em sua maior parte à taxa de manutenção paga pelas cooperativas filiadas, descontos obtidos de fornecedores, encargos s/ reserva compulsória de liquidez, sobras líquidas oriundas do Sicoob Confederação.

(b) Atualização monetária do depósito judicial da COFINS, para 2014.

18. Instrumentos financeiros e derivativos

Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em contas patrimoniais em 30 de junho de 2015 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado naquela data, quando aplicável. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos seus valores contábeis, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

As aplicações interfinanceiras da Instituição são mantidas em instituições financeiras de reconhecida liquidez, e estão concentradas basicamente em certificados de depósito interfinanceiros, letras financeiras do tesouro e letras do tesouro nacional. Estas condições são garantidas a partir da manutenção de uma adequada estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez conforme descrito na nota explicativa nº 23.

A Instituição não contratou operações com derivativos financeiros durante os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014.

19. Seguros contratados

A Central adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

20. Transações com partes relacionadas

Descrição	30.06.2015	30.06.2014
Remuneração do Conselho de Administração		
Diretoria Executiva e Conselho Fiscal	573	601

	Ativos		Receitas/Despesas	
	06-2015	06-2014	06-2015	06-2014
Transação				
Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob):				
Depósitos bancários	3	3	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.602.554	1.310.569	92.176	61.203
Títulos e valores mobiliários	198.673	66.089	10.734	1.089
Ligadas com Garantia	59.263	5.032	3.170	73
Bancoob Distrib. de Tít. e Val. Mob. Ltda.				
Rio Fundo de Investimento-RF	1.014	-	14	-
Cotas de Fundo de Ações	103	112	-	-
Bancoob Centralização FI - RF				
- CP	44.762	26.917	1.897	1.378
Coopmútuo FIM - Crédito Privado	587.910	529.589	32.525	27.304

O SICOOB CENTRAL CECREMGE não possui nenhuma operação ativa ou Passiva com a Confederação Nacional de Auditoria de Cooperativa (CNAC).

O SICOOB CENTRAL CECREMGE remunera os serviços prestados pelo Sicoob Confederação em função da utilização do sistema SISBR, links e estrutura organizacional e de riscos, conforme abaixo:

Descrição	30.06.2015	30.06.2014
Sicoob Confederação	360	283

21. Índice da Basileia

O patrimônio líquido da Central apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, com índices da Basileia de 11,28 % em 30 de junho de 2015 e de 13,29% em 30 de junho de 2014.

22. Estrutura de gerenciamento de riscos

a. Risco operacional

O gerenciamento do risco operacional do SICOOB CENTRAL CECREMGE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.380/06.

Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/09, o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O processo de gerenciamento do risco operacional está estruturado com base no preenchimento de Listas de Verificação de Conformidade (LVC), baseadas na metodologia Control Self Assessment (CSA), processo por meio do qual, sob a responsabilidade da Diretoria Executiva e a coordenação do Agente de Controle Interno e Risco, subordinado ao Conselho de Administração, são identificadas situações de risco que são avaliadas quanto ao impacto e à probabilidade de ocorrência, de forma padronizada.

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento, pelo Agente de Controle e Risco.

Da mesma forma, perdas operacionais ocorridas têm as causas e as ações de mitigação identificadas, sendo as informações devidamente registradas em sistema informatizado para acompanhamento pelo Agente de Controle e Risco.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, o SICOOB CENTRAL CECREMGE possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

b. Risco de Mercado e Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado e de liquidez do SICOOB CENTRAL CECREMGE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.464/07.

Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/09, o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira em trading e banking, de mensuração do risco de mercado (Value at Risk - VaR), de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting do VaR).

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento por parte do Agente de Controle e Risco.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado, o SICOOB CENTRAL CECREMGE possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Entidade.

c. Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB CENTRAL CECREMGE objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o art. 10 da Resolução CMN nº 3.721/09, o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Banco), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete aos responsáveis pela estrutura centralizada de riscos a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB CENTRAL CECREMGE possui estrutura compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

d. Risco de imagem

Decorre de boatos ou publicação negativa, verdadeira ou falsa, em relação à prática ou condução dos negócios da Cooperativa, o que provoca a evasão de associados e a consequente perda de negócios.

Com vistas à mitigação do risco de imagem sistêmico, o SICOOB CENTRAL CECREMGE por deliberação do Conselho de Administração desta central, adotou em janeiro de 2011 a política de Comunicação e Marketing do Sicoob Confederação.

Essa política de comunicação e marketing tem por finalidade, priorizar os seguintes temas:

- Aumentar a visibilidade da Central como instituição cooperativista;
- Profissionalizar o relacionamento com os públicos de interesse;
- Melhorar o posicionamento no mercado; e
- Consolidar a marca Sicoob para que seja valorizada e reconhecida como a principal instituição financeira de seus associados.

e. Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB CENTRAL CECREMGE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o Art. 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Belo Horizonte - MG, 30 de junho de 2015.

DIRETORIA EXECUTIVA COM MANDATO ATÉ 2016:

Luiz Gonzaga Viana Lage

Diretor Presidente

Samuel Flam

Diretor Comercial e Financeiro

Márcio Olívio Villefort Pereira

Diretor Administrativo e de Desenvolvimento

Alfredo Alves de Oliveira Melo

Diretor de Supervisão e Controle

CONSELHO FISCAL COM MANDATO ATÉ 2016:

Amando Prates - EFETIVO

João Carlos Leite - EFETIVO

Silmon Vilela Carvalho Junqueira - EFETIVO

Maurício Mafra - SUPLENTE

Taitson Rodrigues Melo Bessas - SUPLENTE

Zélia Maria Alves Rabelo - SUPLENTE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO COM MANDATO ATÉ 2016:

Alfredo Alves de Oliveira Melo

César Augusto Mattos

Charles Drake Guimarães Gonçalves

Cristiano Felix dos Santos Silva

Darcy da Silva Neiva Filho

Helio Alves de Rezende

Jacson Guerra Araújo

Luiz Gonzaga Viana Lage

Márcio Olívio Villefort Pereira

Nelson Soares de Melo

Ramiro Rodrigues de Ávila Júnior

Ronaldo Siqueira Santos

Samuel Flam

Urias Geraldo de Sousa

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA ÁREA CONTÁBIL:

Irany Márcia Pimenta

Contadora - CRC/MG 048.377/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Srs. Conselheiros, Diretores e Associados da

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. – SICOOB CENTRAL CECREMGE

Belo Horizonte – MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREMGE, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os semestres findos naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREMGE é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causadas por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeira da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREMGE. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sem modificações

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREMGE em 30 de junho de 2015 e 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Belo Horizonte - MG, 24 de agosto de 2015.

BAUER AUDITORES ASSOCIADOS

CRC/MG 6427

FÁBIO EDUARDO DE ALMEIDA BAUER

Contador Responsável

CRC MG 077.699/O